

## REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORAS “NEGRAS” SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

*Eva Aparecida da Silva<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação (Faculdade de Educação/UNICAMP), professora do Departamento Interdisciplinar de Ciências Básicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

E-mail: [evasilva5@hotmail.com](mailto:evasilva5@hotmail.com)

SILVA, Eva Aparecida da. Representações de professoras “negras” sobre relações raciais na escola. *Revista Mosaicum*, Teixeira de Freitas, Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Fasb, n. 8, ago./dez. 2008, p. 39-56. ISSN 1808-589X.

**Resumo:** Este artigo visa a analisar as representações de professoras “negras” araraquenses acerca das relações raciais na escola, destacando as representações sobre a idéia de incapacidade intelectual do negro, a posição pré-estabelecida para o negro na sociedade, a adesão ao mito da democracia racial, a existência do preconceito racial. A análise é feita com base nos discursos acadêmicos acerca das relações raciais no Brasil e também busca compreender o modo pelo qual as representações estão presentes em suas práticas docentes, ao abordarem a temática étnico-racial em sala de aula.

**Palavras-Chaves:** representações, professoras “negras”, relações raciais, escola.

**Abstract:** This article aims to analyze the performance of teachers “black” araraquenses about racial relations in school, highlighting the representations on the idea of black intellectual disability, the pre-established position for the black in society, adherence to the myth of racial democracy, the existence of racial prejudice. The analysis is based on the scholarly discourse about racial relations in Brazil and also seeks to understand the way in which the representations are present in their teaching practices, to address the ethnic-racial issues in the classroom.

**Keywords:** representation, teachers “black”, racial relations, school.

*Artigo recebido e aprovado em outubro de 2008.*

## Introdução

Este artigo é parte da pesquisa sistematizada na dissertação de mestrado intitulada “Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP” (SILVA, 2003) e traz uma interpretação sobre as representações de quarenta e uma professoras “negras” araraquarenses acerca das relações raciais na escola. Destacam-se as representações sobre a idéia de incapacidade intelectual do negro, a posição pré-estabelecida para o negro na sociedade, a adesão ao mito da democracia racial e a existência do preconceito racial. Com base nos discursos acadêmicos sobre relações raciais no Brasil, analisa-se, ainda, o modo pelo qual essas representações estão presentes em suas práticas pedagógicas, ao abordarem a temática étnico-racial em sala de aula.

Cabe destacar que as representações sociais são construídas nas relações de alteridade, estabelecidas na dialética entre o “eu” e o “outro”, ou seja, entre sujeitos sociais que lutam para interpretar, entender e construir o mundo. E, na tentativa de compreender o mundo, constroem um novo mundo de significados, uma nova realidade, a partir da realidade já existente (JOVCHELOVITCH, 1998).

As discussões teóricas sobre as representações das professoras partem dos discursos científicos do final do século XIX, que tinham por finalidade definir o país como nação, elegendo a “raça” como o primeiro critério para se pensar a nacionalidade, passando para o século XX, em que a cultura torna-se o elemento determinante desse mesmo pensamento.

Ao revisitar esses antigos discursos, os pesquisadores contemporâneos perceberam que o “passado” é mais presente do que nunca, pois as teorias e as concepções racistas então elaboradas ainda circulam no “imaginário” da sociedade, definindo as práticas sociais e as relações entre sujeitos sociais diversos.

Gomes (1995), em pesquisa realizada em escolas municipais de Belo Horizonte, constatou a incidência de muitas dessas teorias nas falas das professoras negras atuantes no magistério mineiro, o que comprova que elas, ainda hoje, fazem parte do “imaginário social”, embora se expressem de forma re-elaborada e ressignificada.

Do mesmo modo, os discursos do passado se conectam e se inter cruzam com os discursos do presente, podendo ser apreendidos, também, nas narrativas das professoras “negras” da rede estadual do ensino fundamental de Araraquara, interior do Estado de São Paulo, como resultado de suas representações acerca da questão étnico-racial na escola, fazendo-se presentes em suas práticas docentes.

Objetiva-se, neste artigo, analisar as representações de professoras “negras” araraquarenses acerca das relações raciais na escola, destacando-se as representações sobre a idéia de incapacidade intelectual do negro, a posição pré-estabelecida para o negro na sociedade, a adesão ao mito da democracia racial e a existência do preconceito racial. Com base nos discursos acadêmicos sobre relações raciais no Brasil, analisa-se, ainda, o modo pelo qual essas representações estão presentes em suas práticas pedagógicas, ao abordarem a temática étnico-racial em sala de aula.

Na tentativa de visibilizar a presença da mulher negra no magistério público de Araraquara/SP e compreender sua postura docente (transformadora e/ou reprodutora das relações raciais tal como instituídas na sociedade brasileira e na escola) foi realizado o levantamento que chegou a quarenta e uma professoras “negras”, assim classificadas de acordo com a atribuição da pesquisadora. Essas professoras estavam distribuídas nas vinte e oito escolas que compõem a Rede Pública Estadual do Ensino Fundamental, que, no ano letivo de 2001, era constituída por, aproximadamente, seiscentos e quarenta docentes (universo majoritariamente feminino).

Com essas quarenta e uma professoras “negras” araraquarenses foram realizadas entrevistas exploratórias, no sentido de apreender a auto-classificação racial de cada uma delas, a qual resultou numa variedade de termos (preta, parda, morena, mulata, branca, indígena, negra), as representações acerca das relações raciais na sociedade brasileira e na escola, a partir de suas experiências como profissionais da educação, o modo como cada uma abordava a questão étnico-racial em sua prática docente. Posteriormente, este universo permitiu adentrar as experiências particulares de três professoras, cujas posturas docentes foram analisadas “em profundidade”, tomando como referência suas trajetórias de vida.

### **Discursos do passado e do presente: representações de professoras “negras” araraquarenses**

Na tentativa de justificar a “integração pelas margens” (Martins, 1997) da população negra à sociedade capitalista e perpetuar as desigualdades sociais e políticas, a ideologia racista do século XIX e início do século XX constrói a idéia da superioridade e da inferioridade das “raças”.

Dentre os representantes mais “ilustres” dessa ideologia está o médico maranhense Nina Rodrigues que, de acordo com Corrêa (2001), pode ser considerado um dos precursores da Antropologia no Brasil, pois utilizava, em suas pesquisas, o método comparativo e os estudos de caso.

Partindo do pressuposto de que havia uma grande distância que separava a “raça branca” da “raça negra” (a civilização da barbárie), Nina Rodrigues conduziu suas pesquisas com base na craniometria (mensuração do peso e do tamanho dos cérebros), tornando-a o critério definidor da capacidade intelectual da “raça superior” (o branco, o homem) e da incapacidade intelectual da chamada “raça inferior” (o negro, a mulher e a criança).

Não obtendo resultados que comprovassem as desigualdades fisiológicas entre as duas “raças”, o médico concentrou seus esforços na análise

dos aspectos psíquicos do comportamento humano. Sendo assim, a loucura, a histeria, por exemplo, foram consideradas próprias da natureza mental da população negra, manifestando-se de maneiras diferenciadas, conforme as circunstâncias sociais. Nesse momento, Nina Rodrigues estabelece a relação entre o orgânico e o social ou, ainda, entre natureza e cultura.

Vem da análise da natureza mental da “raça negra”, idealizada por Rodrigues, a suposta agressividade e emocionalidade do negro, que podem ser percebidas, ainda hoje, no ethos da sociedade brasileira, como parece nos demonstrar o discurso da professora Rosângela:

Uma professora um dia disse assim: ‘a mãe de tal aluno, ela é grossa, não tem educação, ela não é igual a você’. Então ela quis contornar as coisas e dizer que a raça negra, a maioria da raça negra, é ignorante, brava, sem educação, não sabe falar, mas o branco também a gente vê tantas mães assim. Mas ela quis dizer ‘você não, você já é diferente’. Falei assim: ‘como no branco tem aquele que é estourado, o negro também, todas as raças tem.

Segundo Mariza Corrêa (2001), Nina Rodrigues, em seu “laboratório das raças”, tentou demarcar os limites que separavam a “raça superior” da “raça inferior”, enfatizando ora os aspectos fisiológicos, ora os aspectos psíquicos. Com isso, ele observou as proximidades e as distâncias entre ambas as “raças”, por meio da figura do mestiço (categoria intermediária), “elemento complicador” na demarcação das diferenças, pois, como já foi dito, carrega os sinais de pertinência tanto da “raça superior” quanto da “inferior”. Para Rodrigues (apud CORRÊA, 2001), o mestiço e a mestiçagem representavam a degenerescência da população brasileira, pois ele defendia o atavismo, segundo o qual os indivíduos provenientes do cruzamento entre o branco e o negro, certamente, herdavam as características da “raça inferior” e, desse modo, estas pessoas contribuíam para que o sangue negro contaminasse culturalmente as outras categorias sociais.

Diante dessas concepções sobre o negro e o mestiço, Rodrigues julgou inconcebível creditar o mesmo grau de responsabilidade social (ou de cidadania) às diferentes categorias raciais, por isso propôs que não lhes fosse atribuída a mesma igualdade no código penal. Desse modo, classificou as “raças” com o intuito de as hierarquizar culturalmente e ordenar a diversidade étnica da população brasileira.

Uma primeira leitura das teorias racistas de Nina Rodrigues pode nos provocar risos e um certo estranhamento, devido à aparente distância da nossa realidade. No entanto, um “olhar” mais atento é angustiante, pois percebemos sua atualidade. Como nos lembra Schwarcz (1997), o que seria passado insiste em fazer constantes aparições no presente.

De acordo com Borges Pereira (1996), o racismo nunca foi embora, mas “permaneceu, apenas, anestesiado durante um quinhão de tempo para hoje, reaparecer com os mesmos e velhos ingredientes tradicionais condicionados pelas configurações históricas da atualidade” (p.17). Pela impossibilidade de citar todos os exemplos do cotidiano que confirmariam a volta dos postulados biológicos e racistas, faremos referência a um artigo da Revista

Isto é, edição de 14 de setembro de 1988, intitulado “Apartheid genético”, comentado por Hanchard (1991).

Este artigo é ilustrativo da concepção de que os negros possuem uma superioridade atlética nos esportes que envolvem correr e saltar. De acordo com a afirmação de um médico paulista, os negros teriam mais músculos de contração rápida, se comparados aos músculos de contração lenta dos atletas brancos.

Pelas entrelinhas deste artigo, o leitor é levado a deduzir que, se por um lado os negros estariam, biologicamente e “naturalmente” aptos a desempenhar as atividades esportivas, devido à sua suposta superioridade física, por outro lado, não estariam aptos a desempenhar as atividades intelectuais, embora isto não esteja dito explicitamente.

Apesar das explicações biológicas terem sido colocadas em “xeque” pelas teorias da genética, há aqueles que se recusam a abandonar seus conceitos fundadores, contribuindo, assim, para que estes permaneçam como representação na lógica do senso comum, mesmo que alterados e ressignificados.

A idéia de superioridade e inferioridade das “raças”, como aquela defendida contundentemente por Nina Rodrigues, ainda continua sendo um dos fantasmas que assombram as mentes humanas, porque credita ao negro uma superioridade física, em detrimento de uma inferioridade intelectual.

No universo do magistério, profissão que detêm um certo prestígio social por estar relacionada ao saber formal e à aquisição do conhecimento, a idéia da incapacidade intelectual do negro, já tão arraigada no pensamento social, se faz presente tanto nas representações das professoras “negras” araraquarenses quanto nas representações daqueles que se referem a elas.

De acordo com o relato da professora Nazaré, a desconfiança quanto à capacidade intelectual do negro, embora dissimulada, pode ser percebida no olhar e na atitude do diretor de uma das escolas de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries em que ela lecionou:

O diretor quando eu fui pra lá, ele ficava espiando o meu trabalho na sala de aula. Eu deixava a porta bem aberta quando eu percebia que ele estava nas imediações. Ele procurava disfarçar, aí que eu falava mais alto pra ele ouvir o que eu estava falando para as crianças. Então foi sempre assim, durante um bom tempo isso. Então, a partir do momento que ele passou a perceber, depois de um bom tempo que você demonstra seu trabalho, que você tem um trabalho sério, é que as pessoas vão começar a perceber, a ter assim, vamos dizer, uma certa confiança. Mas até passar todo esse processo é muito complicado.

O depoimento da professora Rosenilda sobre sua experiência numa escola particular de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série, no ano de 1992, início de sua carreira, é, também, revelador da idéia de incapacidade intelectual, aliada à cor da pele. No entanto, diferentemente da professora Nazaré, ela chama a atenção para a sua origem social, como motivo determinante da desconfiança que recaiu sobre seu desempenho profissional:

Eu tive problemas em escola particular, porque como eu era uma pessoa simples, tinha chegado do sítio e acabado de me formar, eu tive problemas com mães com relação a minha cor. Procuravam sempre motivos pra falar que a professora não falava direito. Jogavam a culpa no professor. É que a mensalidade estava alta, mas eles procuraram em mim um refúgio para poder jogar os problemas. Com os cursos que nós tínhamos de aperfeiçoamento, eu mostrei no decorrer do ano que eu não era nada daquilo que eles imaginaram.

Já as falas das professoras abaixo, expressam o constante sentimento de estarem sendo avaliadas no momento da execução do trabalho pedagógico e parecem demonstrar a crença de que circula no “imaginário social” a ideia de incapacidade intelectual e profissional do negro:

Eu sempre procurei, por onde eu passei, trabalhar bem, você sabe que realmente a gente é vista como mulher e ainda como negra, então pode ser que eles ficam, a direção e os colegas de trabalho, mais em cima pra ver se tem algum deslize, alguma coisa. Então eu sempre procurei entrar onde eu entrei, sempre de cabeça erguida, trabalhando bem, sempre fazendo o meu trabalho bem. Então, nunca mesmo, graças a Deus, esse tempo todo que eu estou trabalhando, nunca fui chamada a atenção na minha parte profissional” (professora Rosângela).

Eu sinto muito, às vezes, aqui na escola X nem tanto, mas por outras que passei, eu tenho que mostrar o meu valor, para depois as pessoas dizerem assim ‘apesar de...ela é..’. (professora Andréia).

Interessante é destacar que o racismo está tão enraizado na sociedade brasileira, que até mesmo as vítimas da discriminação podem assimilar, ainda que de maneira irrefletida, os valores negativos que lhes são atribuídos.

A assimilação desses discursos de cunho racista, como este que confere ao negro uma suposta inferioridade e incapacidade, pode ser determinante de uma auto-estima baixa, da perda da espontaneidade e da confiança em si mesmas, por parte das professoras “negras”:

Meu problema era minha cor, eu mesma me sentia assim, lá em baixo. Então meu problema era minha cor, não era nem tanto minha falta de experiência, era minha cor, as pessoas me aceitarem. Minha preocupação era esta ‘será que eles vão me aceitar?’, uma professora negra no segundo grau não tinha, não existia no curso de magistério, ainda sem experiência. Me custou uma terapia pra tirar aquela coisa do racismo, aquela coisa forte que tinha dentro de mim e como aquilo veio à tona. Atualmente eu sinto por parte das mães, até que elas conheçam o seu trabalho, que isso leva meio ano, a metade do ano, pra elas poderem estar confiando em você, elas ficam assim sabe, achando que você não é capaz. Porque isso não acontece com uma professora branca?(professora Bete).

No caso dessa professora, observa-se que a introjeção da inferioridade e da incapacidade do negro é significativa até mesmo nas decisões por

ela tomada em sua vida profissional:

Fui convidada para ser vice-diretora de escola algumas vezes, mas eu nunca quis, porque ficou ainda dentro de mim, eu tenho ainda dentro de mim, a questão do preconceito, eles acham que negro não pode ocupar uma posição mais elevada porque ele não é capaz, mas nós somos capazes sim, eu acho que a gente tem que pensar que é capaz, chegar lá, enfrentar, se colocar, a gente tem que ficar em cima, você é mais que todas elas, sintam-se mais do que elas, porque você se sentindo assim você vai ter mais segurança, você vai brilhar, o seu brilho vai depender de você, de seu posicionamento 'eu sou capaz, eu vou conseguir, eu chego lá de cabeça erguida.

O receio de ser vítima do racismo, que se expressa pelos estereótipos da inferioridade e incapacidade do negro, e que atua de forma dissimulada na sociedade brasileira, neste caso no universo da escola, faz com que a professora não se preocupe com a possibilidade de ascensão ao cargo de vice-diretora.

Munanga (1996) critica o "racismo silenciado", ou dissimulado, brasileiro, que nega a existência do preconceito e da discriminação racial, e contribui para a produção das desigualdades sociais e raciais, dificultando a ascensão social e profissional do negro, como foi o caso da professora supracitada. Este tipo de racismo, segundo o autor, é fundamentado pelo discurso de "democracia racial", que concebe a sociedade brasileira como sendo cultural e racialmente híbrida, em que as relações entre brancos e negros ocorrem de forma harmônica e destituídas de conflitos, como preconizado por Freyre (1995) em Casa Grande & Senzala.

Crítica semelhante à de Munanga (1996) é feita pela professora Nazaré que é categórica ao destacar a invisibilidade do negro e a dissimulação do problema racial no universo escolar, próprias do discurso da "democracia racial":

Acho que tanto na relação professor/aluno quanto na relação aluno/aluno, professor/professor, existe essa questão do preconceito, da discriminação e a prática do racismo. Mas, como na sociedade e especificamente na escola é assim de uma forma camuflada...Agora, falar, os professores, os diretores falarem que não existe racismo, veja bem, nós somos mais de 50% da população brasileira, você pega os livros didáticos e você não vê lá refletido a população negra. Essa questão do cotidiano escolar, a questão dos textos trabalhados, dos livros trabalhados, a questão da não-visibilidade do negro, já é uma forma de discriminação, já é uma forma de você tentar esconder e tornar visível uma população que tanto contribuiu pro desenvolvimento deste país... Então, enquanto vêm com aquele discurso de democracia racial, discurso de igualdade, que as pessoas são iguais, o meu discurso é que as pessoas são diferentes, camuflam uma realidade [...]

A pesquisa realizada pela Folha de São Paulo e Datafolha, em junho de 1995, constatou que o brasileiro sabe da existência do preconceito racial, embora o negue praticando um "racismo cordial", disfarçado, que é constantemente desvendado pelas práticas sociais (ação efetiva, adesão às expressões preconceituosas, às piadas etc.).

Diante dessas críticas e constatações, torna-se um desafio entender o motivo pelo qual as próprias vítimas do preconceito não reconhecem que podem ter sido discriminadas em determinados momentos das relações estabelecidas no universo da escola, negando, assim, a existência do preconceito racial:

Sempre que houve conflitos, sempre há, mas só que é assim, entre todos nós ali, mas nunca ficou nada assim como determinante sobre mim por ser negra. Eu sempre fui muito bem recebida pelas escolas que passei, tanto pelo meu trabalho, quanto pela minha pessoa. Então esse tipo de problema eu não tive, exclusivamente caíram assim por cima de mim por ser negra, não sei se tive um pouco de sorte nisso. Quanto aos alunos, já aconteceu assim poucos casos, uma questão de 01 ou 02 casos, de a criança, do aluno se referir ‘ah, sua preta, sua nega’, mas é lógico que eu não vou me confrontar com ele, vou tentar explicar pra ele, no fim a gente acaba se entendendo (professora Wanda).

É, ainda, um desafio entender o discurso que, ao mesmo tempo, reconhece a existência do preconceito racial na sociedade brasileira, mas não o reconhece dentro dos limites da escola, pois essa seria o “lugar” da “democracia racial”, onde o preconceito racial não ultrapassa seus muros, permanecendo fora dela:

Particularmente na escola onde eu estou, nós temos um relacionamento muito aberto tanto com as crianças quanto com os professores, pelo menos no período que eu trabalho e mesmo com as professoras de outro período nós temos professores de várias raças, não há esse problema de rejeição. Agora o preconceito racial dentro da escola eu não vejo, a gente não escuta na sala de aula ‘aquele neguinho, aquela neguinha’, não existe isto, é uma coisa assim mais acolhedora, mais amor mesmo na sala de aula, é uma coisa assim mais aconchegante. Então eu não vejo assim, eu vejo fora, o mundo da sociedade é muito maior [...] (professora Zilaine).

Os discursos das professoras, abaixo, também apresentam um caráter de denúncia à negação da existência do racismo e do preconceito. No entanto, as representações dessas professoras delatam a concepção de que “o negro é quem é racista e preconceituoso”:

Se falar pra mim que na escola não existe, existe sim o racismo, nós somos um país de pessoas racistas, não só o negro sofre o preconceito, mas quase todo mundo que é considerado diferente entre aspas. Só que com o negro é pior ainda, porque somos mulher, somos negras e somos professoras, então o problema é pior ainda. Se você falar pra mim que na escola não existe racismo, existe sim o racismo, nós temos professoras que são extremamente racistas, mas só que elas fazem o papel oposto, elas falam que eu é que sou racista, que o preconceito está dentro de mim, eu é que estou enxergando o preconceito (professora Rosângela).

Os professores não gostam deste assunto, falam que preconceito não existe, quando você quer tocar neste assunto falam ‘não existe mais, o negro é preconceituoso’, nunca dá continuidade a esse assunto, é muito difícil. E eu tive o desprazer de trabalhar numa escola, onde a diretora um dia comentou na minha ausência que lá era cheio de negro, que a escola não tinha nível porque era uma escola que tinha muito negro (professora Edna).

Os relatos das professoras mostram como a ação do racismo e do preconceito se desencadeia como reação, diante da manifestação de descontentamento à idéia de que “o próprio negro é racista e preconceituoso”, uma vez que para muitos (negros e não-negros) o conflito racial não existiria no Brasil, mas tão somente em outros lugares (por exemplo, nos Estados Unidos e na África do Sul). Os relatos, a seguir, parecem confirmar tal concepção:

Eu tenho impressão que quem põe preconceito é a própria pessoa de cor, eu não sei se é a criação, a formação, mas ela já vem com um certo receio, eu sei porque eu tenho bastante amigas, as minhas melhores amigas sempre foram bem negrinhas, me dou muito bem e até me dói quando escuto alguma frase, quando se referem a elas, mas eu noto que eles próprios tem um certo preconceito, já vem desde criança (professora Maria Joana).

Na escola, embora fale muito na televisão que a escola tem muito preconceito, mas os próprios negros são racistas, eles não se aceitam, então eu creio que é uma coisa complicada demais pra se trabalhar na escola, em qualquer outro lugar, partindo da noção de que a pessoa não se vê como negra, então a gente fica ‘pisando em ovos’, deve agir como? Se você falar que o negro é uma pessoa importante, que ajudou construir o país como qualquer outra pessoa, que o negro é como qualquer pessoa com os mesmos direitos e deveres, porque deve mais se valorizar, é difícil. (professora Raquel).

Eu acredito que o preconceito está dentro da pessoa, que a pessoa que faz o preconceito, que cria o preconceito. Tem professoras negras que acabam, elas lutando contra isso, mas de uma forma, porque elas próprias têm esse preconceito, então eu acho que falta a aceitação de si próprias. Lógico, existem brancos que são racistas? Existe sim, mas eu acho que a partir do momento que você se aceita como é, nada te abala (professora Valquíria).

Eu já trabalhei com professoras negras, elas mesmas tem o preconceito. Tinha uma professora que todo ano ela faltava da escola no 13 de maio, ela tinha o preconceito, mesmo assim na sala de aula, na sala dos professores, a gente notava que ela ficava assim meio excluída (professora Lúcia).

De acordo com esta última professora, não só o adulto, mas a própria criança negra se sente discriminada. Para ela, o preconceito e a discriminação seriam algo intrínseco a essa criança:

Então a gente percebe que acontece isso com as crianças também, às vezes o colega fala inocentemente, numa brincadeira, mas a criança já tem aquele preconceito com ela, então é onde ela já se sente discriminada. Certas horas,

eles falam inocentemente, não é aquela coisa assim de ofensa, mas é que a criança negra é que se sente discriminada (professora Rosa).

Vale a pena destacar que este depoimento é representativo da maneira perversa com que o racismo incide sobre suas vítimas, ao atribuir a elas a culpa por estarem sendo discriminadas.

É comum no Brasil afirmar que não falar sobre o preconceito racial significa não ser preconceituoso (preconceito de não ter preconceito), embora o silêncio já o configure. Ao contrário, denunciar esse preconceito faz com que o sujeito da ação torne-se o “opressor”, portanto, aquele que provoca o conflito racial, até então inexistente. Exemplo disso é o fato ocorrido com a professora Aparecida, vítima de uma situação de discriminação racial:

Numa bela manhã eu fui dar aula de Matemática, estava assinando o livro de ponto e fiz uma pergunta para a secretária, algo relacionado à escola, então ela disse assim ‘mas que incompetência, onde já se viu não saber o código até hoje’. Mas o incompetente ficou na minha cabeça, fui dar aula descontente. Eu voltei, aquilo ficou na minha cabeça, não conseguia dar aula, voltei à secretaria e disse ‘incompetente só se for você, eu cheguei para dar aula numa boa e você me tratou muito mal, incompetente é você’. E como eu falo alto, acharam que eu estava brigando. A diretora chegou, mas ela defende os professores que ela gosta, que ela acredita. Eu sentia as coisas no ar, são risadas e sabe quando você chega e todo mundo para de conversar, então a gente não é bobo. Ela me chamou na sala, gritando comigo para que eu entrasse na diretoria. Eu disse que não entraria. Ela chamou a polícia. A polícia veio, todos os professores em pânico porque eles gostavam de mim. Quando o policial chegou ela disse ‘tem um elemento’, nem falou o nome da professora, porque quando fala a palavra elemento, os policiais consideram bandido, qualquer pessoa, e eu não era qualquer pessoa, eu era uma professora que ela não gostava, porque eu era negra. O policial me informou que a diretora fez um BO e que eu teria que ir até a delegacia, mas não no carro dela, mas no carro de polícia. Eu fui. Todos os professores saíram no portão, viram aquela cena, foi tão ruim pra mim, eu achava que estava certa. Depois tirei licença, não queria mais dar aula, entrei em depressão profunda...

Esta situação de discriminação revela que a “vítima” é sempre aquela que discriminou e não aquela que foi discriminada, como também demonstra o depoimento desta outra professora:

Nós já presenciamos na escola uma professora que dava aula na época de 1.<sup>ª</sup> a 8.<sup>ª</sup> e a professora teve um caso em que ela e a funcionária da escola começaram a discutir, e a secretária até chamou ela de negra, na frente dela. Teve que chamar a polícia, fazer ocorrência, mas não por parte da pessoa que foi chamada de negra não, mas por parte da secretária, que ela se sentiu acusada, como ela estava grávida, ela achou que a outra estava insultando ela. Então foi assim, um caso não pensado, mas quando ela viu já estava chamando a outra de negra, mas foi um caso ocorrido. Foi passado, passou, passou (professora Regina).

Nas várias representações do que é, ou não, ser preconceituoso menciona-se a possibilidade de existência de um preconceito negro em relação ao negro e não do branco em relação ao negro ou do negro em relação ao branco. Como explicar este tipo de representação? Talvez a partir da idéia de que o preconceito está tão arraigado no ethos social, que teria sido introjetado pelo próprio negro. Vejamos os relatos:

Tem aqueles negros, porque a gente não é de uma classe assim tão elevada, mas eles tem vergonha, a gente nota, a gente que já tem uma faculdade, é mais esclarecida, então é fácil você entrar numa loja, numa escola, conversar, entrar num banco, mas tem certas pessoas que não. E tem o lado também do negro discriminar o próprio negro. Já vi pessoas irem a um médico negro e não terem confiança, achar que não vai trabalhar bem, tem aquele receio, é uma parte ainda complicada (professora Rosangela).

Nós estávamos reunidos lá no HTP, trabalho pedagógico e chegou uma funcionária e disse pra uma das professoras para ela ir fechar o carro, porque havia um neguinho querendo entrar no carro dela. A pessoa que colocou e se referiu a alguém, que supostamente estaria mexendo no carro, como um neguinho, é uma pessoa negra. Aí na hora nós a chamamos e falamos assim ‘a senhora conferiu a cor dele, ou a senhora está dizendo neguinho por neguinho?’ Eu sei que isso daí é preconceito, uma forma de você estar evidenciando, mas ele está tão enraizado, que ela disse, embora sendo até negra, acho dentro dessa coisa do geral, do costume (professora Irani).

As representações das professoras oscilam, por um lado, entre aquelas que denunciam a existência de uma “democracia racial” e a inexistência do preconceito e, por outro lado, entre aquelas que defendem a existência dessa democracia e a não-existência do preconceito racial no universo escolar. Entender o posicionamento das professoras que se colocam na defesa do mito da democracia racial é um desafio.

De acordo com Schwarcz (1996), falar sobre o mito da democracia racial requer entender o porque do mito virar mito, com base na própria concepção de mito, como algo que não faz sentido apenas para quem o emite, mas também para quem o recebe, mesmo que de forma re-elaborada, pois tem respaldo na realidade concreta, vivida.

A autora se recusa a culpabilizar apenas Gilberto Freyre pela existência do mito da democracia racial. Ela busca respostas na definição do país, através do critério da “raça”, na mistura das três “raças” fundadoras e no desejo do branqueamento da população brasileira, cujo objetivo era eliminar gradualmente, mediante a mestiçagem, o “sangue negro”. As 135 cores levantadas pelo IBGE em pesquisa realizada no ano de 1976 ilustram a permanência desta tendência ao branqueamento.

A autora indica a necessidade de levar a sério a mestiçagem como resultado de uma teoria criada, de fato, no Brasil, a teoria do branqueamento, e não apenas apostar na falácia do mito da democracia racial, mas “refletir sobre o mito em si, sobre o que ele tem para dizer e faz sentido o tempo todo” (SCHWARCZ, 1996, p. 179), ou seja, a mistura que constitui a sociedade brasileira.

Ao fazer a análise das relações entre negros e brancos no Brasil, no período de constituição de uma sociedade republicana, capitalista e competitiva, Fernandes (1978) atribuiu à escravidão ou aos “resíduos da escravidão” a não-integração do negro na sociedade de classes.

O autor partiu do pressuposto de que, na passagem para a nova ordem social, o negro não se integrou e, com isso, foi excluído deste contexto. Isso ocorreu não em virtude de mecanismos produzidos pelo sistema produtivo capitalista, mas porque, preso ao passado escravista e inferiorizado moral e socialmente, o negro não se adaptou.

Para Martins (1997), o conceito de exclusão é vago, indefinido e ideologicamente esvaziado, pois ao procurar explicar tudo, não explica absolutamente nada. Por isso, “não existe exclusão” (grifo do autor) (p. 14), assim como a idéia de não-integração. O que existe é a “inclusão precária e instável, marginal” (grifo do autor) (p. 20). Os sujeitos sociais não estão fora da sociedade, mas encontram-se em “lugares residuais” (p. 26). No entanto, no mais “residual”, no mais marginal reside a força dos chamados grupos excluídos/marginalizados, que buscam constantemente alternativas de sobrevivência e possibilidades de re-inclusão, no interior da realidade que os vitima.

Assim, a “população de cor”, como designada por Fernandes (1978), se integrou ao sistema produtivo capitalista, porém, permaneceu nas margens desse sistema, buscando variadas alternativas de sobrevivência. Daí ter ocupado as posições secundárias da economia, dedicando-se às atividades braçais, domésticas, mal remuneradas e degradantes (os chamados “serviços de negro”). Estes trabalhos exigiam pouca ou nenhuma qualificação e contrastavam com aqueles exercidos por imigrantes (atividades estratégicas da economia).

Devido às condições precárias de trabalho, o negro esteve exposto à vagabundagem, à criminalidade, à prostituição e tantas outras atividades moralmente recriminadas, para assegurar sua sobrevivência. Muitos tinham no corpo a sua única fonte de sustentação e de auto-afirmação, como diz a obra de Fernandes.

Dessa realidade “nua e crua”, resultou à “população de cor” os mais diversos adjetivos, os quais estereotipavam e desvalorizavam a figura de homens e mulheres negros, tais como vagabundo, desordeiro, cachaceiro, mulher-a-tôa, dentre outros. Mesmo sendo vítima o negro foi culpabilizado por sua má sorte e visto, pelo branco, como uma ameaça à moral e à segurança pública.

É importante destacar que muitos desses estereótipos ainda circulam no nosso dia-a-dia como, por exemplo, aqueles que afirmam o negro como o ladrão, o sujo, o mal cuidado, como parece demonstrar o relato da professora Elaine:

Em ambiente escolar eu vejo essa questão dos preconceitos, pré-conceitos, eu acho que tem muito disso, tanto da gente que lida com deficientes e com as outras crianças. Eu vejo as outras professoras ‘ah, porque aquele é negro, ele é sujo’, sendo que eu tenho alunos, que ele é negro, mas aquele negro que anda sempre perfumado, se cuida, porque é uma questão que eu também vejo um pouco de família. Entre os professores também tem

essa concepção, 'o aluno porque é negro tem que fazer negreira mesmo', a gente vê muito isso, mesmo através de questões que são levantadas pelos professores de situações que acontecem na sala, às vezes de uma criança chamando a outra 'ele é negro, ele rouba, ele é negro'.

Um outro estereótipo também muito difundido é aquele que confere um "lugar" supostamente "natural" ao negro: nas favelas, nas periferias das cidades, nas atividades domésticas, ditas desqualificadas. Os meios de comunicação, como é o caso da televisão brasileira e das campanhas publicitárias, são os principais divulgadores desses estereótipos, desde tempos muito remotos.

Nas telenovelas brasileiras, o negro geralmente representa os papéis secundários, principalmente aqueles que o colocam no seu "lugar" (serviços domésticos). Nas novelas de época, o negro é sempre representado como o escravo ou como o vilão da história.

A observação dos primeiros momentos da Imprensa paulista no século XIX, conforme trabalho desenvolvido por Schwarcz (1987), mostra que muitos dos jornais que circularam naquele século foram os grandes responsáveis em consolidar as representações sobre o negro, através da propagação dos mais diversos estereótipos (o negro violento, assassino, servil, submisso, desonesto, dependente, feiticeiro, suicida, bêbado, imoral, enfim, uma gama de estereótipos).

No campo publicitário não é diferente. Um anúncio de roupas infantis, veiculado pelo Jornal do Brasil, em 2 de outubro de 1988, comentado por Hanchard (1991), mostrou seis crianças, todas brancas, amarrando e amordaçando uma babá negra. Nessa "brincadeira de criança" todos sorriam, inclusive a babá.

Esse anúncio é ilustrativo da condição da mulher negra na sociedade brasileira, destacando e redefinindo os papéis sociais, estruturados pela diferença racial, pois "utiliza-se da dimensão simbólica, ou seja, dos aspectos comunicativos da vida real, do modo como as pessoas criam símbolos, indicadores e significantes a partir da vida cotidiana para se expressar individual e coletivamente" (HANCHARD, 1991, p. 23).

A posição socialmente atribuída ao negro faz, portanto, parte dessa dimensão simbólica, pautada na vida cotidiana, no "imaginário social" da sociedade racista brasileira. Esta concepção pode ser notada também nas representações de algumas das professoras entrevistadas, especialmente quando elas falam sobre a presença da professora "negra" no magistério araquarense, numa profissão vista como não destinada ao negro:

O primeiro conteúdo a ser trabalhado, que eu trabalhei, foi o conteúdo ligado à questão racial, mostrando para eles a origem do racismo, porque a sociedade é racista, porque as pessoas sofrem um impacto quando vêem uma professora negra, um político negro não naquela categoria, naquela atividade profissional que foi determinada desde o período da escravidão, porque ao negro no Brasil é determinado um lugar, lugar das atividades ditas desqualificadas. Então, trabalhando essas questões haverá o momento em que eles entendam, minimamente, que você está lá por competência e que

a gente consegue mesmo, nós negros conseguimos pela nossa competência (professora Nazaré).

Eles [os alunos negros] se identificam com pessoas que vão sempre estar num nível abaixo, nas profissões que nunca vão ser profissões de destaque, sempre vão estar numa situação servil, porque este é o lugar do negro imposto pela sociedade (professora Andréia).

Quando eu entrei na classe, eles acharam que eu era tudo, menos a professora, eu podia ser a servente, auxiliar, menos a professora. Ainda mais nesta área de exatas, que é raro, muito difícil (professora Valéria).

Uma senhora muito amiga minha apontou o dedo e falou para a minha filha ‘como que tua mãe dá aula se sua mãe sempre foi lavadeira e passadeira’, e a minha filha falou assim ‘ela continua lavando e passando, só que ela estudou, se formou e é professora (professora Maria Aparecida).

Desses depoimentos constata-se que, apesar do “lugar” socialmente atribuído aos negros, um “lugar” que os inclui de forma degradante nas margens da sociedade, o que Martins (1997) chamou de “inclusão precária e instável, marginal” (grifo do autor) (p. 20), muitos homens e mulheres negros, “movem-se no interior do possível” (grifo do autor) (p.15) e a partir daí conquistam aquelas posições que conferem um certo status, como é o caso do magistério e das professoras “negras” araraquenses.

Retornando à obra de Fernandes (1978) encontramos como este autor se posiciona em relação ao mito da democracia racial. Para ele, o mito pode ser entendido como uma consciência falsa da realidade, ao difundir na sociedade brasileira a crença na existência de um paralelismo entre estrutura social e estrutura racial, fundada na ilusão da não-distinção racial entre os brasileiros, já que as oportunidades de ascensão social seriam “iguais para todos”.

De acordo com essa crença, caberia ao negro superar suas “deficiências” para que ascendesse socialmente, no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, isentando-se, assim, de qualquer preconceito, por usufruir uma “igualdade” social e racial. Isto implica na idéia de que o “problema do negro” seria, antes de tudo, social, de classe.

As constatações feitas por Florestan Fernandes, revelam, ainda hoje, a relação direta entre estrutura social e racial, quando encontramos no discurso proferido pelo senso comum, a idéia de que o preconceito racial no Brasil cessa à medida que o negro ascende socialmente, como demonstra a interpretação da professora Terezinha:

O preconceito racial eu acho que está muito ligado com o problema social, financeiro. Se você é negro, mas você tem uma condição de vida boa, pode ser que o preconceito existe dentro dele, mas escondido. Agora, se você é negro e pobre, talvez você possa perceber mais a discriminação, por causa da sua raça. Eu acho que isso também deve acontecer em qualquer lugar, na escola, no dia-a-dia de qualquer ser humano comum. Se você tem um nível de vida melhorzinho, financeiramente, então você é tratado um pouco

melhor. Então se você é negro e pobre, então você está ferrado, me desculpe a linguagem, mas eu acho que é isso daí.

Do mesmo modo, o depoimento da professora Irani é representativo do tratamento dado à questão racial, a partir da estrutura social de classe:

Eu analiso a questão racial, como a questão da mulher, de algumas minorias, inserida num contexto maior que é o da luta de classes e o que eu percebo hoje é que as escolas, os professores, os coordenadores, a gente tem uma preocupação maior hoje, com um material de trabalho, no sentido da gente não perpetuar essas questões, de colocar a mulher, o negro, numa situação desfavorecida. Hoje existe uma preocupação maior que eu senti, do que quando ingressei nos anos 80 não era tão latente, acho que isso é fruto de toda uma luta. Agora, particularmente eu diria assim, eu tenho um trabalho que passou pelo sindicato, de professor tudo, num contexto maior, o da luta de classes, claro que em nenhum momento desqualificando ou menosprezando a luta do negro, da mulher, mas eu sempre tive uma luta mais geral, eu acho que esta é latente, na minha opção de trabalho eu acho que ela é primordial.

No tocante à relação entre “raça” e classe, Nogueira (1985) se opõe à idéia de que é apenas “a classe e não a raça que determina a adoção de atitudes subordinadas ou superiores entre indivíduos específicos nas relações face a face” (p. 37). Para o autor, “ainda que o preconceito racial extravase ao de classe, os efeitos de ambos convergem na opressão da maioria da população de cor. Assim, a iniquidade nas relações raciais somente será eliminada à medida que o for da estrutura social em geral – das relações entre classes e sexos” (p. 26).

Paralelamente ao discurso preconizado por Fernandes (1978), está o discurso das organizações negras dos anos 40 e 50, representadas pelas antigas lideranças paulistas do período anterior e pelos jornais *Alvorada*, *O Novo Horizonte*, *Senzala* e pela Associação Cultural do Negro. Estas lideranças, presas às reivindicações antigas concentram suas atenções no resgate da moral do negro e na luta pela educação.

No Rio de Janeiro, entretanto, as reivindicações foram mais ambiciosas. Procurou-se, nos anos 40 e 50, “adestrar gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira” (MAUÉS, 1991, p. 123), tendo-se como instrumento de luta e de redefinição da imagem/identidade do negro, o Teatro Experimental do Negro (TEN), cujo representante mor foi Abdias do Nascimento.

A proposta da organização negra carioca resumiu-se na tentativa de mudança interior do negro, de sua mentalidade “deficiente”, própria dos resquícios da escravidão e do “primitivismo africano” (visão preconceituosa do negro contra o negro), a partir da elevação cultural. Contraditoriamente, o negro deveria valorizar-se como negro, aderindo aos padrões brancos de comportamento.

Observa-se que tanto os discursos das organizações negras da década de 30, quanto os das décadas de 40 e 50 estavam em sintonia com os

discursos acadêmicos de cada período, ao enfatizarem a democracia racial e o branqueamento, e, ainda, a redenção do negro, por meio da educação e da ascensão social.

O depoimento da professora Maria Aparecida se aproxima do discurso das organizações negras paulistas daquele período, no que diz respeito ao destaque à redenção do negro mediante a educação:

No meu entender nós devemos resgatar o negro que está lá embaixo e trazê-lo para cima... Eu tento resgatar o negro, através das comunidades negras que nós abrimos em Araraquara, buscar o negro, levar o negro para a universidade, dar aula particular, dar aula fora da escola, aula sem ser cobrado, aula de reforço escolar, e o negro balançando o braço e dizendo ‘eu não vou ser igual a senhora não, imagina!’. Isso me machuca. Como não vai ser como eu?

A proximidade deste depoimento com o discurso das organizações negras, que vê a educação como meio de ascensão social e de redenção moral do negro, se torna possível, pois passado e presente, como aqui se evidencia, se encontram em constante diálogo.

### **Considerações finais**

As representações das professoras “negras” araraquenses acerca das relações raciais na sociedade brasileira e na escola acionam o diálogo com o pensamento social e racial brasileiro sistematizado na produção de intelectuais brasileiros e brasilianistas, e colocam em movimento as ideologias predominantes no imaginário social vigente no Brasil, de maneira a convergir ou divergir com elas. Estas representações determinam, portanto, posturas e práticas docentes que tendem à transformação das relações raciais tal como estão instituídas pela sociedade brasileira (e araraquense) e pela escola, aquelas que reproduzem essas mesmas relações ou aquelas que ora transformam e ora reproduzem, já que resultam do como cada professora interpretou e significou as experiências vividas e/ou observadas com o racismo, o preconceito e a discriminação racial, ao longo de suas trajetórias de vida, em particular nas relações com seus alunos negros.

### **Referências**

- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2. ed, Bragança Paulista (SP): Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 3a. ed, 2 vols., 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Maza Edições, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais. In: ARRUDA, Ângela (org). *Representando a alteridade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. *Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial*. Estudos Afro-Asiáticos, (21), p.119-129, dez.1991.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: \_\_\_\_\_. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A Queiroz, 1985.

SILVA, Eva Aparecida da. *Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003.